

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202411/1094
Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum
Estado: Ativa
Nível Orgânico: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Orgão / Serviço: Instituto Politécnico do Porto
Vínculo: CTFP por tempo indeterminado
Regime: Carreiras Especiais
Carreira: Docente do ensino superior politécnico
Categoria: Professor adjunto
Grau de Complexidade: 0
Remuneração: 3251,81
Suplemento Mensal: 0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho: Caracterização do conteúdo funcional — Ao professor adjunto competem as funções constantes no artigo 2.º-A e no n.º 4 do artigo 3.º do ECPDESP.

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva
 Nomeação transitória, por tempo determinável
 Nomeação transitória, por tempo determinado
Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado
 CTFP a termo resolutivo certo
 CTFP a termo resolutivo incerto
 Sem Relação Jurídica de Emprego Público
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:
Habilitação Literária: Doutoramento
Descrição da Habilitação Literária: Em alternativa ao Doutoramento, Título de Especialista.

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Porto	1	Rua Dom Sancho I, n.º 981	Vila do Conde	4480771 VILA DO CONDE	Porto	Vila do Conde

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: <http://domus.ipp.pt/concursos/esht/docente/>

Contacto: 252291700

Data Publicitação: 2024-11-26

Data Limite: 2025-01-08

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Diário da República, 2ª Série Aviso (extrato) nº 1759/2024

Texto Publicado em Jornal Oficial: INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO Escola Superior de Hotelaria e Turismo Edital Abertura de concurso documental para professor adjunto – área de Economia 1 — Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo, adiante designada ESHT, do Instituto Politécnico do Porto, doravante P.PORTO, homologados pelo Despacho n.º 4065/2017, de 10 de abril, publicado no Diário da República, n.º 91, de 11 de maio, torna-se público que, por despacho do Sr. Presidente da ESHT de 14/11/2024, se procede à abertura de concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data da publicitação do presente edital no Diário da República, com vista à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal da ESHT, na carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico, na categoria de professor adjunto, para a área de Economia, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos dos artigos 3.º, 5.º, 10.º-B, 15.º, 15.º-A, 17.º e 29.º-B, do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, e demais legislação aplicável, designadamente o Regulamento dos Concursos para a Contratação do Pessoal da Carreira Docente do Instituto Politécnico do Porto, — Despacho n.º 4807/2011, publicado no Diário da República, n.º 54, de 17 de março. 2 — Local de trabalho — Escola Superior de Hotelaria e Turismo. 3 — Número de postos de trabalho a ocupar — 1. 4 — Modalidade da relação jurídica de emprego a constituir — Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, nos termos do artigo 10.º-B do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, que aprovou o ECPDESP. 5 — Caracterização do conteúdo funcional — Ao professor adjunto competem as funções constantes no artigo 2.º-A e no n.º 4 do artigo 3.º do ECPDESP. 6 — Âmbito de recrutamento — São requisitos cumulativos de admissão ao concurso: a) Ser detentor dos requisitos previstos nas alíneas b) a e) do artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; b) Ser detentor dos requisitos previstos no artigo 17.º do ECPDESP; c) Os opositores ao concurso detentores de habilitações obtidas no estrangeiro devem comprovar o reconhecimento, equivalência ou registo do grau de doutor, nos termos da legislação aplicável. 7 — Prazo de validade do concurso: 7.1 — O concurso é válido para o posto de trabalho referido, caducando com a sua ocupação ou por inexistência de candidatos. 7.2 — O concurso pode ainda cessar por ato devidamente fundamentado do Presidente da ESHT, respeitados os princípios gerais da atividade administrativa bem como os limites legais, regulamentares e concursais. 8 — Forma de apresentação da candidatura: 8.1 — As candidaturas são submetidas eletronicamente através do endereço: <http://domus.ipp.pt/concursos/esht/docente/> 8.2 — A candidatura é apresentada através de requerimento de admissão ao concurso dirigido ao Presidente da ESHT e deve conter, entre outros, os seguintes elementos: a)

Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, nacionalidade, número e validade do bilhete de identidade ou do cartão do cidadão, número de identificação fiscal, endereço postal e eletrónico e números de telefone; b) Identificação do concurso a que se candidata, número do edital com menção ao Diário da República em que foi publicado; c) Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço docente, quando aplicável, e cargo que atualmente ocupa; d) Indicação dos graus e títulos académicos detidos pelo candidato; e) Declaração assinada em que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura; f) Lista dos documentos que acompanham a candidatura. 8.3 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação: a) Curriculum Vitae contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura organizado de acordo e na ordem dos critérios de seleção e seriação referidos no n.º 9 do presente edital; b) Exemplares dos trabalhos e documentos para efeitos da avaliação prevista no n.º 9 do presente edital, organizados pelos critérios do desempenho técnico-científico e profissional, da capacidade pedagógica e das outras atividades relevantes e pelos parâmetros previstos nos números 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3; c) Certificado que comprove a titularidade e a data de obtenção do grau e títulos exigidos para o concurso; d) Certificado do registo criminal; e) Atestado médico, comprovando a existência de robustez física e perfil psíquico para o exercício de funções públicas, emitido por médico no exercício da sua profissão; f) Boletim de vacinação obrigatória devidamente atualizado. 8.4 — Os documentos a que aludem os pontos d), e) e f) do ponto anterior podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o candidato deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas. 8.5 — O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo dos documentos referidos nos pontos a) a c) do n.º 8.3 deste edital, de entrega obrigatória, determinam a exclusão da candidatura. 8.6 — No Curriculum Vitae, para cada elemento curricular, deverá ser indicado o nome do ficheiro do respetivo trabalho ou do ficheiro que comprova a ação, incluído na candidatura, sob pena de, na falta dessa indicação, o elemento curricular não ser considerado para efeitos de avaliação da candidatura. Apenas serão considerados os elementos devidamente comprovados. A não apresentação dos documentos relacionados com o currículo apresentado pelo candidato implica a não valoração dos elementos que deveriam comprovar. 8.7 — Os candidatos ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respetivos processos individuais da ESHT, devendo o facto ser expressamente declarado no formulário de candidatura. 8.8 — Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico, ou por qualquer outra via, que não a indicada no ponto 8.1. 8.9 — O processo pode ser consultado na Assessoria aos Órgãos da ESHT, nos dias úteis, nos horários 10:00-12:00 e 14:30-16:30. 9 — Método e critérios de seleção e seriação: 9.1 — O método de seleção é a avaliação curricular, através da qual se visa avaliar a capacidade pedagógica, o desempenho técnico-científico e profissional, e o desempenho noutras atividades relevantes para a missão da ESHT. 9.2 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados os seguintes parâmetros de avaliação e pontuação de acordo com as exigências das funções correspondentes à categoria a que respeita o presente concurso: 9.2.1 — Capacidade Pedagógica – CP – (40%) Nesta componente serão objeto de avaliação os seguintes parâmetros: 9.2.1.1 - Experiência efetiva no âmbito da lecionação e responsabilidade de unidades curriculares, distintas, da área para que é aberto o concurso (C11) (com definição de objetivos, programas, metodologias e avaliação) devendo ser considerado o n.º de anos e n.º de horas semanais de lecionação no ensino superior – 35%. 9.2.1.2 - Coordenação e participação em projetos pedagógicos na área do concurso (C12) (participação no desenvolvimento de novos cursos de ensino superior ou na reorganização de cursos já existentes, conferentes ou não de grau) – 20%. 9.2.1.3 - Produção de materiais de natureza pedagógica (C13) devendo ser considerada a quantidade e a qualidade do material pedagógico, na área para que é aberto o concurso – 25%. 9.2.1.4 - Outras atividades relacionadas com a atividade pedagógica (C14): devem ser consideradas todas as atividades pedagógicas não incluídas nos pontos anteriores, nomeadamente a participação em mobilidades internacionais de ensino – 20%. 9.2.2 — Desempenho Técnico-científico e Profissional – DTC – (40%) Nesta componente serão objeto de avaliação os seguintes parâmetros: 9.2.2.1 - Publicação de artigos científicos em revistas e em atas de conferências, capítulos em livros, na área do concurso, indexados na Web of Science ou Scopus (C21) – 30%. 9.2.2.2 - Participação em projetos técnico-científicos (C22): devendo ser considerados projetos financiados numa base competitiva por fundos públicos ou financiados por empresas/organizações, incluindo Instituições de Ensino Superior – 20%. 9.2.2.3 - Orientação e arguição

de teses de doutoramento, dissertação, estágio/projeto de mestrado, estágio/projeto de licenciatura sujeitos a provas públicas e participação em júris de provas de título de especialista, na área do concurso (C23) – 20%. 9.2.2.4 - Intervenção em comunidades científicas e profissionais, e outras atividades relacionadas com o desempenho técnico-científico, relevantes para a missão da ESHT (C24): devendo ser considerada a participação em centros de investigação; a revisão de artigos de revistas científicas e de comunicações em congressos científicos; a participação em órgãos de associações profissionais ou empresariais; formação académica complementar – 15%. 9.2.2.5 - Experiência profissional relevante (C25): devendo ser considerado o nº de anos de experiência profissional na área do concurso – 15%. 9.3.3— Outras Atividades Relevantes para a missão da ESHT – OAR – (20%) Nesta componente serão objeto de avaliação os seguintes parâmetros: 9.3.3.1 - Participação em órgãos de gestão e estruturas de coordenação científica e pedagógica de IES (C31) – 40%. 9.3.3.2 - Participação em Júris/Comissões sob nomeação de órgãos de IES (C32) – 20%. 9.3.3.3 - Participação na organização de encontros, conferências, seminários ou outros eventos de caráter técnico ou científico, na área do concurso (C33) – 20%. 9.3.3.4 - Outras atividades e funções relevantes para a missão da ESHT (C34) – 20%. 10 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos critérios gerais de seleção e seriação e correspondentes fatores de ponderação. 10.1 – Cada membro do júri valoriza, numa escala inteira de 0 a 100, cada parâmetro para cada candidato. 10.2 – A Classificação Final (CF), atribuída por cada elemento do júri, numa escala inteira de 0 a 100, será obtida pela seguinte fórmula: $CF = 0,40*CP + 0,40*DTCP + 0,20*OAR$, onde: $CP = 0,35*C11+0,20*C12+0,25*C13+0,20*C14$ $DTCP = 0,30*C21+0,20*C22+0,20*C23+0,15*C24+0,15*C25$ $OAR = 0,40*C31+0,20*C32+0,20*C33+0,20*C34$ 10.3 – Antes de iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexado à ata, com a ordenação dos candidatos, fundamentada pelas classificações finais obtidas nos termos do ponto anterior. 10.4 – Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo admitidas abstenções. 10.5 – O júri deliberará primeiro sobre a aprovação em mérito absoluto dos candidatos. 10.6. – Para serem aprovados em mérito absoluto os candidatos terão que obter uma média das pontuações atribuídas pelos membros do júri superior a 50 pontos, nos termos do ponto 10.2. 10.7 – Para que se verifique a aprovação em mérito absoluto cada candidato tem de obter o voto favorável da maioria absoluta dos membros do júri. 10.8 – O júri utilizará a seguinte metodologia de votação, para a formação da maioria absoluta na ordenação final dos candidatos. Se a ordenação de todos os elementos do júri for idêntica, o processo é dado como concluído. Caso contrário, procede-se a uma votação para o primeiro lugar. Se um candidato obtiver mais de metade dos votos, fica colocado em primeiro lugar. Se nenhum candidato obtiver mais de metade dos votos, repete-se a votação depois de retirado o candidato menos votado na votação anterior. O processo repete-se até que um candidato obtenha mais de metade dos votos, ficando colocado em primeiro lugar. Seguidamente, procede-se do mesmo modo para classificar um candidato em segundo lugar, e assim sucessivamente até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos aprovados em mérito absoluto. Em casos de empate ao longo do processo, o presidente do júri tem voto de qualidade. 11 — Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP e da alínea b) do n.º 4 do artigo 12.º do Regulamento dos concursos para a contratação do pessoal da carreira docente do Instituto Politécnico do Porto, o júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos admitidos. 12 — Convocação para a audição pública: caso haja lugar a audição pública, os candidatos são convocados, preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo (CPA), indicando-se o dia, hora e local da realização da mesma. 13 — São também motivos de exclusão do presente concurso: a) A não comparência à audição pública, se realizável; b) A não aprovação em mérito absoluto, nos termos do n.º 10 do presente edital. 14 — As atas do júri são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas através da plataforma de candidatura. 15 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei. 16 — A composição do júri é a seguinte: Presidente: Fernando Flávio Ribeiro Oliveira Ferreira, Presidente da ESHT. Vogais: - Professora Doutora Ana Paula Rodrigues Pereira Faria, Professora Associada com agregação, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho; - Professora Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno, Professora Associada, do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro; - Professor Doutor Armando Mendes Jorge Nogueira da Silva, Professor Coordenador sem agregação do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto; - Professora Doutora Maria Clara Dias Pinto Ribeiro, Professora

Coordenadora sem agregação, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto; - Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves Carreira, Professor Associado com agregação, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Em caso de ausência ou impedimento do Presidente, o mesmo será substituído por Joaquim José Pereira Ribeiro, Vice-presidente da ESHT. 17 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 18 — O presente edital será divulgado nos seguintes termos: a) Na 2.ª série do Diário da República; b) Na bolsa de emprego público; c) No sítio da internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., em língua portuguesa e inglesa; d) No sítio da internet da ESHT. 14 de novembro de 2024 — O Presidente da ESHT, Flávio Ferreira.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: